

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
PPG MESTRADO EM CLÍNICA ODONTOLÓGICA

Mônica Regina Pereira Senra Soares

**ESCOLAS DE ODONTOLOGIA DO BRASIL - ENSINO SOBRE
PACIENTES ESPECIAIS**

Juiz de Fora

2010

MÔNICA REGINA PEREIRA SENRA SOARES

**ESCOLAS DE ODONTOLOGIA DO BRASIL - ENSINO
SOBRE PACIENTES ESPECIAIS**

Dissertação apresentada ao PPG-
Mestrado em Clínica Odontológica da
Faculdade de Odontologia da
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como parte dos requisitos para obtenção
do grau de Mestre em Clínica
Odontológica. Área de concentração:
Clínica Odontológica.

Orientadores:

Prof. Dr. Henrique Duque de M. Chaves Filho, C.D., M.O., D.O.
Prof^a. Dr^a. Maria das Graças A. Miranda Chaves, C.D., M.O., D.O.

Juiz de Fora

2010

Soares, Mônica Regina Pereira Senra.

Escolas de odontologia do Brasil - ensino sobre pacientes especiais / Mônica Regina Pereira Senra Soares. – 2010.
98 f.

Dissertação (Mestrado em Clínica Odontológica)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1 - Odontologia – Orientação profissional. 2. Portadores de necessidades /especiais . I. Título.

CDU 616.314:616.9

“Escolas de odontologia do Brasil - ensino sobre pacientes especiais”

MÔNICA REGINA PEREIRA SENRA SOARES

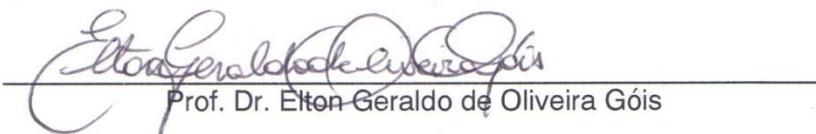
ORIENTADOR: Prof. Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Odontologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Clínica Odontológica.

Aprovado (a) em 30/07/2010


Prof. Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho


Prof. Dr. Antônio Márcio Resende do Carmo


Prof. Dr. Elton Geraldo de Oliveira Góis

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha família, (em especial, Marcio, Gabriel e Laura). Dedico a todos aqueles que insistem em seus sonhos e desejos, e se arriscam...

AGRADECIMENTO(S)

À DEUS, acima de tudo.

Considerando esta dissertação como resultado de uma caminhada que começou na UFJF, porém, não no Mestrado, agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

Até o mais seguro dos homens e a mais confiante das mulheres já passaram por um momento de hesitação, por dúvidas enormes e dúvidas pequenas, que talvez nem merecessem ser chamadas de dúvidas, de tão pequenas. Devo fazer esse trabalho, mesmo não sabendo direito o que vai dar? Devo me dedicar a esse grupo de alunos, mesmo fora do horário de trabalho? Os resultados serão proveitosos? Estamos contribuindo de alguma forma? Estaremos sendo beneficiados de alguma forma? Nesta hora, precisamos de um empurrãozinho. E é aos estimuladores que dedico este texto, a todos aqueles que testemunham os titubeios alheios e dizem: vá em frente! Em tempos em que quase ninguém se olha nos olhos, em que a maioria das pessoas pouco se interessa por coisas que não lhe dizem respeito, só mesmo agradecendo àqueles que percebem nossas descrenças, indecisões, suspeitas, tudo o que nos paralisa, e gastam um pouco da sua energia conosco, insistindo.

Obrigada por insistirem que eu continuasse os trabalhos, que eu fosse em frente, que eu acreditasse neles e em seus frutos. Hoje vejo que são frutos bons...

Obrigada ao Prof. Dr. Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, pela oportunidade,

Obrigada à minha amiga e orientadora, Profa. Dra. Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, que acreditou no meu trabalho desde o início, e não precisou insistir, pois já estávamos em sintonia desde há muito tempo atrás...

Obrigada a todos grandes amigos do mestrado em Clínica Odontológica (colegas, professores, funcionários e alunos da graduação) pelo crescimento que tivemos juntos (particularmente à Alexa, Fernanda e Cirley), por dividirem comigo as dúvidas e alegrias.

*... Aquelê que conhece o outro,
é sábio
Aquelê que conhece a sí mesmo,
é iluminado.
Aquelê que vence o outro,
é forte.
Aquelê que vence a sí mesmo, é poderoso.*

Lao Tsé

RESUMO

SOARES, MRPS. Escolas de Odontologia do Brasil - ensino sobre pacientes especiais. 2010. 98f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *strictu sensu* - Mestrado em Clínica Odontológica) - Faculdade de Odontologia - Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora (MG).

RESUMO

Partindo da premissa de que, se a formação acadêmica ocorrer sob práticas desenvolvidas de forma multi e interdisciplinar, no que concerne o atendimento odontológico ao paciente portador de necessidades especiais, este profissional estará mais apto a atender as novas demandas sócio-político-ideológicas do país foram realizados os estudos “Levantamento do número de faculdades de Odontologia brasileiras que prestam atendimento ao paciente em necessidade especial” e “Perfil do formando egresso-profissional frente ao conceito de pacientes especiais na Odontologia” com a finalidade de verificar quais as faculdades de odontologia brasileiras estão focadas no processo de mudança curricular. Através da aplicação de questionários procurou-se observar a didática de ensino que os estudantes recebem nesta área, bem como o perfil do egresso-profissional da faculdade de Odontologia da UFJF. Os resultados apontam para necessárias modificações nos cenários de prática profissional, pois, na ótica dos egressos do curso de Odontologia da UFJF, em 2009, o conteúdo disciplinar para o atendimento ao paciente especial não alcançou seus objetivos, tanto na sua formação profissional, quanto na promoção de saúde em benefício da população especial que deixa de ser assistida. Em âmbito nacional é crescente a preocupação das escolas em ofertar esse conteúdo na graduação. Neste estudo, observou-se que 50,98% das faculdades adotam o cuidado aos pacientes especiais como disciplina obrigatória e/ou opcional. No entanto, percebe-se que há desafios a serem enfrentados no âmbito das faculdades de Odontologia do país para a implementação do conhecimento técnico-científico para o atendimento aos pacientes em necessidades especiais.

Palavras-chave: ensino; odontologia; pessoas com deficiência; currículo.

ABSTRACT

SOARES, MRPS. *Brazil dental schools: teaching about special patients*. 2010. 98f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *strictu sensu* - Mestrado em Clínica Odontológica) - Faculdade de Odontologia Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora (MG).

ABSTRACT

Starting of the premise that if the academic training occur in practice developed in a multi and interdisciplinary approach, in relation to dental care to patients with special needs, this professional will be better able to meet the new demands socio-politico-ideological of the country, studies were made "Raising the number of dental schools that provide patient care in special need" and "Profile of the professional egress-forming to the concept of handicapped patients in dentistry" in order to verify which dental schools in Brazil are focused on the process of curriculum change. Through questionnaires sought to observe the teaching of education that students receive in this area as well as the profile of the egress-professional of UFJF Dentistry college. The results point out to needed changes in professional practice settings, therefore, in the view of the UFJF graduating students of Dentistry, in 2009, the disciplinary content for special patient care has not achieved its objectives, both in their professional education and in health promotion in favor of the special population that ceases to be assisted. On a national level is growing concern in schools that offer undergraduate content. In this study, we observed that 50.98% of colleges have adopted special care to patients as a compulsory subject and / or optional. However, we realize that there are challenges to be faced under the of dental schools in the country for the implementation of technical and scientific knowledge to patient care in special needs.

Key words: education, handicapped; dentistry, curriculum guidelines.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Georreferenciamento das faculdades de Odontologia brasileiras que têm/não têm a disciplina de PNE na grade curricular como disciplina independente do curso de graduação.....	58
FIGURA 2 - Georreferenciamento das faculdades de Odontologia brasileiras que fornecem algum tipo de contato do aluno com o PNE, seja vinculado à IES ou através de convênio com outras instituições e/ou projetos de extensão.....	59
FIGURA 3 - Número de escolas de Odontologia brasileiras, distribuídas por regiões, que oferecem atendimento ao PNE, independente da carga horária..	60
FIGURA 4 - Proporção entre o nº de escolas de Odontologia brasileiras/carga horária total fornecida ao aluno da graduação, em créditos, no ensino didático-clínico ao PNE, em 2009 (1 crédito=15h).....	61
GRÁFICO 1 - Distribuição da freqüência da variável: habilidade do aluno em atender o paciente especial	76
GRÁFICO 2 - Distribuição da freqüência da variável: conteúdo teórico na graduação.....	77
GRÁFICO 3 - Distribuição da freqüência da variável: conteúdo prático na graduação.....	77
GRÁFICO 4 - Distribuição da freqüência da variável: necessidade de se incluir a instrução didática sobre pacientes especiais na grade curricular da graduação.....	78
GRÁFICO 5 - Distribuição da freqüência da variável: necessidade de desenvolver um projeto de extensão voltado ao conhecimento prático de atendimento ao PNE.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- IADH** - INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR DISABILITY AND ORAL HEALTH
- CEO's** - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS
- DCN** - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS
- SUS** - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
- AADMD** - ACADEMIA AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA
- ADEA** - ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE EDUCAÇÃO ODONTOLÓGICA
- CODA** - COMISSÃO AMERICANA DE CREDENCIAMENTO ODONTOLÓGICO
- DCDD** - DENTAL CARE FOR DEVELOPMENTALLY DISABLED PROGRAM
- SAPD** - SCALE OF ATTITUDE TOWARD DISABLED PERSONS
- ANEO** - ASSEMBLÉIA NACIONAL DAS ESPECIALIDADES EM ODONTOLOGIA
- ENADE** - EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES
- ABENO** - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO
- CCS** - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
- UFJF** - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
- FO/UFJF** - FACULDADE DE ODONTOLOGIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
- TCLE** - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
- ADA** - AMERICAN DENTAL ASSOCIATION
- EUA** - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
- CDAC** - COMMISSION ON DENTAL ACCREDITATION OF CANADA
- CFO** - CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
- IES** - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
- PNE** - PACIENTE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS
- MS** - MINISTÉRIO DA SAÚDE
- ANEO** - ASSEMBLÉIA NACIONAL DE ESPECIALIDADES EM ODONTOLOGIA

CDD - DENTAL CARE FOR DEVELOPMENTALLY DISABLED PROGRAM

SAPD - SCALE OF ATTITUDE TOWARD DIS CONSELHO PERSONS

CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

SUMÁRIO

	Pág
1 INTRODUÇÃO	16
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	20
2.1 ENSINO DA ODONTOLOGIA PARA O PNE	21
2.2 ENSINO DA ODONTOLOGIA PARA O PNE NO BRASIL	25
2.2.1 DEFINIÇÃO DE ODONTOLOGIA PARA O PNE	25
2.2.2 ODONTOLOGIA PARA PNE NO BRASIL	25
2.3 CLASSIFICAÇÃO DE PACIENTES ESPECIAIS	28
2.4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DE PNE.....	29
3 PROPOSIÇÃO	33
4 METODOLOGIA	35
5 ARTIGOS	40
ARTIGO 1 - Escolas de Odontologia do Brasil-ensino sobre pacientes especiais.	41
ARTIGO 2 - Estamos capacitando os futuros egressos profissionais de Odontologia para prestarem atendimento a pacientes especiais?	43
6 CONCLUSÃO	45
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
8 APÊNDICE artigos	52
ANEXOS	94

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 26 anos, pesquisas vêm sendo desenvolvidas com a finalidade de analisar os currículos de Odontologia na graduação para verificar a experiência teórico-prática fornecida aos alunos durante o curso na área de pacientes portadores de necessidades especiais (PNE) (SHERMAN & ANDERSON, 2010).

Esses estudos, nos Estados Unidos da América e Canadá (CAMPBELL & McCASLIN, 1983; ROMER et al., 1999; SCHWENK, STOECKEL, RIEKEN, 2007; SHERMAN & ANDERSON, 2010; WRIGHT & FRIEDMAN, 1987) e na América Latina e no Caribe (SMITLEY et al., 2009) e, mais especificamente, no Brasil (GOMES et al., 2009) têm chegado a conclusões semelhantes: os currículos variam significativamente em relação às necessidades educativas especiais entre os cursos de Odontologia, sendo que, de acordo com Sherman & Anderson (2010), uma maior ênfase se faz necessária na formação de Cirurgiões-Dentistas (CDs) durante a graduação.

Segundo Paula e Bezerra (2003), a influência norte-americana se fez marcante nos cursos de Odontologia do Brasil mediante a agregação de novos conhecimentos até chegar ao modelo de ensino observado atualmente.

Para a proposta desse estudo, PNE são aqueles que têm condições físico-crônicas (hipertensão arterial, diabetes, insuficiência renal crônica), deficiências de desenvolvimento (síndromes), deficiências comportamentais e emocionais que requerem serviços de saúde que vão além das necessidades da maioria da população (THIERER e MEYEROWITZ, 2005).

Os pacientes com doenças sistêmicas crônicas, doenças endócrino-metabólicas, com desvios psíquicos, os estados fisiológicos especiais, pacientes com distúrbios neurológicos, dentre outros, fazem parte da classificação atual de pacientes especiais da Associação Internacional de Odontologia para Pacientes Especiais - IADH (IADH, 2001).

O Censo demográfico brasileiro revelou existirem 24,6 milhões de pessoas portadoras de pelo menos uma deficiência, o que corresponde a 14,5% da população brasileira, que era de 169,8 milhões em 2000 (IBGE, 2000).

Pessoas portadoras de necessidades especiais têm o mesmo direito à saúde que a população em geral. Este direito é realizado em parte através do acesso a um serviço de saúde de qualidade (ELLIOTT, NUNN, SADLIER, 2005). Neste contexto, a política de integração do governo brasileiro tem compactuado da mesma idéia.

No Brasil, até bem recentemente, praticamente inexistiam serviços odontológicos especializados ou, mesmo, que aceitassem pessoas com deficiência e, na maioria das vezes, o tratamento era realizado sob anestesia geral (BRASIL, 1993; RESENDE et al., 2005). A atual Política Nacional de Saúde Bucal prevê a atenção à saúde bucal de indivíduos portadores de necessidades especiais nos Centros de Especialidades Odontológicas - CEO's (PUCCA JÚNIOR, 2006). Surge, então, a necessidade de se preparar o aluno com perfil adequado para essa prática, de preferência, desde a graduação.

Existem barreiras no atendimento ao PNE, que são: barreiras arquitetônicas, falta de conhecimento adequado por parte da equipe de assistência e o adequado suporte financeiro (THIERER, 2005). Criticamente, os problemas vão além da questão fundamental de acesso físico ao tratamento. Para Elliott, Nunn, Sadlier (2005), o acesso também inclui a prestação de informações, comunicação e atitudes das pessoas envolvidas no tratamento de pessoas portadoras de necessidades especiais. Ao mesmo tempo em que é importante valorizar e desenvolver competência adequada, em cuidados especializados de saúde bucal, por meio de pesquisa, formação profissional e disposição em atender tais pacientes; para superar essas barreiras, é preciso requerer políticas de suportes adicionais para que sejam postas em prática pelos prestadores de serviços.

Segundo Thierer & Meyerowitz (2005), existem bons argumentos para adicionar a educação de pacientes especiais na graduação. O mais relevante deles seria o fato de assegurar que todos os CDs tivessem treinamento necessário para tratar esses pacientes.

Parece haver um consenso de que é necessário capacitar o estudante de Odontologia para atender a esta parcela da população. Em 2002, o Conselho Nacional de Educação implementou diretrizes curriculares para os cursos de Odontologia como estratégias para modificações nos currículos, visando formar

profissionais que atendam às necessidades de saúde da população e do sistema de saúde do país (CNE/CES, 2002).

No que diz respeito ao curso de Odontologia, suas diretrizes curriculares foram redefinidas através do parecer CNE/CES nº1300, de 2001. Este parecer preconiza que os futuros profissionais sejam capazes de atuar de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) com qualidade, eficiência, resolutividade e comprometimento. Isso implica em um profissional que saiba trabalhar em equipe, em todos os níveis de atenção à saúde, que seja hábil e competente tecnicamente, mas, sobretudo, um ser humano.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Odontologia sinalizam para a necessidade de formação do CD crítico, reflexivo, tecnicamente capacitado e apto a enfrentar os principais problemas de saúde da população brasileira (CNE/CES, 2002).

Pessoas com deficiência, que se apresentam para o tratamento odontológico no SUS, podem desafiar os profissionais. Esses desafios incluem a prestação de um serviço de qualidade às pessoas que podem ter má compreensão, movimentos descontrolados, abertura limitada da boca, má postura ou mobilidade reduzida, que podem experimentar cansaço durante o tratamento ou que podem ter problemas médicos (FENTON, 2004). Nesse contexto, o aluno poderá ter a oportunidade de ver o quão diferente são as diferenças. Pode-se propor que a exposição ao PNE serviria de aprendizado aos estudantes de Odontologia e de Medicina pelos diferentes enfoques e manejo clínico (WALDMAN, 2009).

As DCN para os cursos de educação superior são relevantes para a educação e formação dos profissionais de saúde bucal, no que diz respeito à reorientação do currículo, métodos de ensino ou outros aspectos da organização e oferta da educação e formação em um modelo que valoriza os direitos humanos e sociais, a fim de promover ações inclusivas e a educação centrada na pessoa, na formação e nos diferentes cenários de prática, valorizando a multidisciplinaridade (ALMEIDA et al., 2009).

O objetivo desse estudo é apreciar a didática de ensino sobre Odontologia para portadores de necessidades especiais nas escolas de Odontologia brasileiras partindo da premissa de que se as escolas de Odontologia já abordam esse conteúdo na graduação, por que ainda há uma carência na oferta do atendimento ao PNE e porque o aluno egresso ainda não se sente seguro para atendê-los?

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 ENSINO DA ODONTOLOGIA PARA PNE

Novak (1979) declarou que, em 1921, o Dr. Gies realizou um estudo sobre o desenvolvimento e avaliação da profissão de cada escola de Odontologia nos Estados Unidos e concluiu que, na década de 20, havia 43 cursos e nenhum deles mencionava experiências em educação a respeito do atendimento ao paciente especial.

De acordo com Kamen (1976), até o ano de 1950, a Odontologia para os deficientes não era mencionada no currículo escolar e, raramente, era considerada como tema para a pós-graduação e, nas décadas de 50 e 60, menos de doze escolas ofereciam treinamento de pós-graduação para PNE, nos Estados Unidos.

Historicamente, a Odontologia para PNE vem sendo desenvolvida pelo odontopediatra pelo fato de, durante sua especialização, ter oportunidade de tratar crianças em desenvolvimento e outras incapacidades (STIEFEL et al., 1981). Somase a isso a premissa de que concentrar esforços em medidas educacionais e preventivas para as mães minimiza-se os riscos do aparecimento da doença cárie em seus filhos (GOLDIE, 2003; MILLS e MOSES, 2002).

Thierer & Meyerowitz, em 2005, em seu artigo sobre educação de CDs no tratamento de pacientes com necessidades especiais, revelaram eventos históricos importantes ocorridos na década de 70 sobre grandes esforços para adicionar a educação odontológica para PNE nos currículos das escolas de Odontologia americanas, dentre eles: em 1974, a fundação Robert Wood Johnson doou 4,7 milhões de dólares para onze escolas de Odontologia a fim de promoverem treinamento, na graduação, para assistência aos portadores de deficiência, devido ao fato de que esses pacientes estavam se inserindo na sociedade. Em 1985, a Associação Americana de escolas de Odontologia escreveu as guias curriculares de Odontologia para pessoas portadoras de deficiência. Em 2001, a American Dental Association (ADA) liberou um relatório afirmando que o currículo de ensino em Odontologia deveria se tornar mais relevante para a prática odontológica atual dando ênfase a algumas áreas, entre elas, a Odontologia para pacientes especiais.

Em 2004, a Academia Americana de Desenvolvimento de Medicina e Odontologia (AADMD), em parceria com o comitê olímpico especial, iniciou a avaliação das necessidades curriculares onde os educadores das escolas de Odontologia reconheciam a necessidade de preparar seus estudantes para a assistência da população geriátrica com acompanhamento panorâmico de suas implicações médicas, bem como desenvolver habilidades para preparar seus graduados para a assistência da população especial.

Schwenk et al. (2007), em sua pesquisa sobre os programas de assistência aos portadores de necessidades especiais, revelou que, em 2005, a Associação Americana de Educação Odontológica (ADEA), em consonância com as novas normas de acreditação odontológica adotadas pela Comissão Americana de Credenciamento Odontológico (CODA), aprovou uma resolução visando garantir que os programas de educação, sejam eles de graduação ou de pós-graduação, incluam em seus currículos instruções teóricas e experiências clínicas envolvendo o atendimento de pessoas com necessidades especiais.

Vários estudos afirmam que, quando o aluno da graduação vivencia experiências com pacientes portadores de necessidades especiais, mostra-se mais seguro no atendimento e resolução dos problemas dessa faixa da população (SHENKIN et al., 2001; FIGUEIREDO, 2002).

Em um estudo longitudinal, Kinne e Stiefel (1979) avaliaram 503 alunos de graduação em Odontologia por quatro anos. A análise envolvia um programa de tratamento ao paciente especial. Os resultados mostraram que a maioria dos alunos se mostrou disposta em tratar pacientes comprometidos, apoiando a premissa de que graduandos que receberam instruções para condutas de tratamento em pacientes especiais sentem-se mais seguros e aptos a tratá-los.

Ferguson et al. (1991) analisaram respostas de questionário direcionado a 218 ex-alunos da School of Dental Medicine, da Universidade Estadual de Nova York, onde há um programa de atenção odontológica ao paciente especial (Dental Care for Developmentally Disabled Program - DCDD). A pesquisa avaliou a motivação dos ex-alunos em atender os pacientes especiais em seus consultórios, após frequentarem o programa. O resultado mostrou que 89% dos entrevistados se sentiam preparados para o atendimento enfatizando a importância do programa.

Fenton (1993) afirma que se as faculdades de Odontologia aceitassem a responsabilidade de treinar integralmente os alunos para o tratamento aos pacientes

especiais, eles teriam assistência no futuro. A menos que tenha uma mudança do paradigma atual no ensino odontológico, milhares de cidadãos negarão acesso aos cuidados de saúde bucal a esses pacientes.

AlSarheed; Bedi; Hunt (2001), em estudo realizado em Riad, Arábia Saudita, buscaram compreender quais eram as atitudes dos profissionais da Odontologia frente às pessoas com necessidades especiais. Utilizaram o questionário “Scale of Attitude Toward Disabled Persons (SADP)”, com 21 perguntas relacionadas a situações cotidianas, o qual era respondido através de seis possibilidades (discordo plenamente, discordo muito pouco, discordo, concordo, concordo muito pouco, concordo plenamente). Os resultados demonstraram que 54% dos dentistas apresentam verbalizações positivas com relação ao atendimento a pessoas especiais. As verbalizações positivas indicam que os profissionais mostraram-se sensibilizados diante das pessoas com necessidades especiais, porém, não há indicativos sobre se esta disposição estaria relacionada ao atendimento global do indivíduo ou apenas a aspectos estritos de promoção de saúde.

Al Agili et al. (2004) concluíram em sua pesquisa com pessoas portadoras de necessidades especiais, no Alabama, EUA, que elas têm dificuldades em obter tratamento odontológico, podendo desenvolver patologias mais severas pelo cuidado inadequado. No entanto, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) estão expondo os graduandos aos desafios de tratá-las.

Waldman et al. (2006) relatam que muitos Cirurgiões-Dentistas relutam em atender pacientes especiais por falta de treinamento, preparação, experiência, entendimento e têm medo em fornecer amplo espectro de serviços.

No estudo de Baumeister et al. (2008), avaliou-se alguns fatores associados com a motivação de alunos de Odontologia para prestar serviços aos pacientes especiais. Dentre as características apresentadas pelos estudantes está a oferta de maior número de horas dedicadas às atividades clínicas extra-muros e à orientação de atitudes socialmente conscientes. Os resultados sugeriram que o interesse do aluno em tratar o paciente especial é condicionada em parte pela IES e também pelo mercado odontológico. Este estudo é importante para os educadores de Odontologia, pois o desafio de prestar assistência ao paciente especial irá aumentar no futuro.

DeLucia; Davis (2009), na *University at Buffalo School of Dental Medicine*, EUA, examinaram a relação entre instrução didática relacionada aos pacientes com

necessidades especiais e as expectativas dos alunos de Odontologia quanto aos níveis de conforto relatados no tratamento de pessoas com deficiência intelectual. Os alunos foram examinados imediatamente antes e uma semana, seis meses e um ano depois de uma palestra sobre manejo de pacientes com deficiências de desenvolvimento. Os estudantes manifestaram a sua experiência anterior com indivíduos com deficiência mental, a avaliação das suas capacidades em geral e a capacidade odontológica atual e os níveis de conforto previstos relacionados ao tratamento dos mesmos. Medidas repetidas ANOVA indicaram expectativas significativamente maiores de recursos em geral e odontológicos após a instrução ($p < 0,05$), mas nenhuma alteração foi significativa em relação aos níveis de conforto em atender os pacientes especiais. Em um ano de acompanhamento, as expectativas dos alunos foram ainda significativamente maiores do que no início. Análises de regressão logística indicaram correlação positiva e significativa entre a experiência de conforto dos alunos e os níveis básicos ($p < 0,05$), mas nenhuma relação significativa entre a experiência e as expectativas das capacidades dos alunos de maneira geral ou específicas da Odontologia.

Sherman; Anderson (2010), em seu estudo sobre o currículo das escolas de Odontologia do Canadá no que diz respeito ao ensino sobre os pacientes em necessidades especiais, revelaram que o número de horas destinadas especificamente a este assunto é mínimo e ponderaram que esse treinamento didático-clínico oferecido não significa que os alunos realmente aprendem sobre o manejo odontológico dos mesmos. O número de horas dedicadas exclusivamente às necessidades didáticas aos pacientes especiais variou de 0 a 18h; o número de horas que os alunos passam em observação, em estágios obrigatórios, variou de 0 a 75h; o número de horas gastas no tratamento dos pacientes em necessidades especiais variou de 0 a 75h, com média de 13,3 horas. Observaram que 60% das escolas que ofereciam tratamento aos pacientes especiais o faziam pela disciplina de Odontopediatria e cumpriam um total de 0 a 300h. Noventa por cento dos respondentes considerou que o ensino didático-clínico de Odontologia para pacientes especiais deve ser realizado em nível de graduação.

2. 2 ENSINO DA ODONTOLOGIA PARA PNE NO BRASIL

2. 2. 1 DEFINIÇÃO DE ODONTOLOGIA PARA PNE

Em setembro de 2001, na IIª Reunião da Assembléia Nacional das Especialidades em Odontologia (ANEO), em Manaus/AM, a resolução 22/2002 do Conselho Federal de Odontologia (CFO) declarou como especialidade a disciplina de Odontologia para o paciente em necessidades especiais que tem como objetivo o diagnóstico, a prevenção, o tratamento e o controle dos problemas de saúde bucal dos pacientes que apresentam uma complexidade no sistema biológico e/ou psicológico e/ou social, bem como percepção e atuação dentro de uma estrutura transdisciplinar com outros profissionais de saúde e de áreas correlatas com o paciente (CFO, 2002).

2. 2. 2. ODONTOLOGIA PARA PNE NO BRASIL

O ensino odontológico no Brasil tem se baseado em conteúdos técnicos, fortemente atrelados ao ambulatório das Faculdades de Odontologia. Nele, a abordagem social dos problemas de saúde não é um tema amplamente discutido entre estudantes e professores (MATOS e TOMITA, 2004). Segundo Secco & Pereira (2004), os objetivos do processo ensino-aprendizagem devem ser estabelecidos a partir da sua utilidade social, intencionalidade e prioridades.

“Estudos apontam para uma tendência positiva de realização do atendimento inclusivo. Ao mesmo tempo, indicam aspectos críticos relativos à acessibilidade e à formação do profissional de Odontologia. Esses estudos sugerem que a formação do estudante de Odontologia seja voltada para a promoção de saúde e para uma prática que reflita sobre os problemas e possibilidades de atenção às pessoas com necessidades especiais. Destacam a importância, nos cursos de formação de profissionais da saúde, da discussão de políticas públicas, incluindo tópicos como inclusão social e disponibilização de recursos educacionais e tecnológicos para toda

a população, como preveem no Brasil documentos que definem políticas de saúde” (BRASIL, 2001; CNSB-BRASIL, 2004).

No Brasil, parece haver um consenso de que é necessário capacitar o estudante de odontologia para atender essa parcela da população. O relatório final da Conferência Nacional de Saúde Bucal (CNSB-BRASIL, 2004), se posicionando sobre os cuidados que devem ser tomados no atendimento às pessoas portadoras de deficiências, declarou que as Instituições de Ensino Superior devem: “organizar os planos de cursos de Odontologia de modo que as necessidades especiais dos pacientes (situações epidêmicas, crônico-degenerativas, deficiências genéticas, nutricionais, físicas, mentais e outras) sejam abordadas na sua integralidade.” Além de “capacitar profissionais para o atendimento odontológico a pacientes portadores de necessidades especiais e portadores de transtornos mentais” (CNSB-BRASIL, 2004).

O Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde, PRÓ-SAÚDE, apresenta perspectiva de que os processos de reorientação da formação ocorram simultaneamente em distintos eixos, em direção à situação desejada apontada pela IES, que antevê uma escola integrada ao serviço público de saúde e que dê respostas às necessidades concretas da população brasileira na formação de recursos humanos, na produção de conhecimentos e na prestação de serviços, em todos esses casos direcionados a construir o fortalecimento do SUS (MORITA et al., 2007).

Almeida et al., (2009) ressaltam que o SUS é efetivamente um mercado de trabalho para os profissionais de saúde e representa um novo padrão de prática que demanda uma reorientação da formação acadêmica. Destaca a necessidade do desempenho de um papel indutor de modo a direcionar esse processo de mudança em busca de uma atenção mais equânime e de qualidade.

No estudo de Gomes et al., (2009), descritivo e de natureza quantitativa, utilizou-se um questionário com questões fechadas. O objetivo foi identificar a presença ou ausência da disciplina de PNE na nova estrutura curricular do curso de odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e avaliar a percepção dos docentes e do diretor-administrativo da Faculdade de Odontologia, em relação à necessidade da inclusão dessa nova disciplina, além de conhecer a estrutura curricular das IES do Brasil com pontuação A e B, de acordo com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Os resultados mostraram que 75% dos

inquiridos disseram não haver necessidade da disciplina na grade curricular, 17,5% disseram haver necessidade e 7,5% acharam que o conteúdo poderia ser desenvolvido como residência multiprofissional. Porém, os autores concluem que “o atendimento de pacientes portadores de necessidades especiais, em nível de graduação, proporciona, durante a formação do profissional, mais do que apenas técnicas para os atendimentos preventivos e curativos, mas também experiências com outras ciências, como a das relações interpessoais, que vão servir para a formação do aluno como indivíduo”.

2. 3 CLASSIFICAÇÃO DE PACIENTES ESPECIAIS

A International Association for Disability and Oral Health (IADH) classifica os pacientes portadores de necessidades especiais em: desvios da inteligência, defeitos físicos, defeitos congênitos, desvios de comportamento, desvios psíquicos, deficiência sensorial e de áudio-comunicação, doenças sistêmicas, distúrbios endócrino-metabólicos, desvios sociais e estados fisiológicos especiais (dentre eles a gestação) (IADH, 2001).

2. 4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS (DCN) PARA O ENSINO DE PNE

Segundo Gomes et al. (2009), é preciso que se discuta a concepção de saúde, conhecimento e educação. Os currículos expressam como as IES se vêem no mundo, ou seja, qual é o seu papel, que relações desejam estabelecer, quem são seus interlocutores, como se concebe o conhecimento (como é introduzido e para que serve). Expressa a concepção que se tem sobre saúde, o papel do Cirurgião-Dentista na sociedade e sobre o Cirurgião-Dentista que se quer formar.

Para Morita; Kriger (2003), as DCN são orientações para elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as IES. Na área da Saúde, entretanto, estas precisam ser entendidas dentro de um contexto maior, o da Reforma Sanitária Brasileira. A Reforma Sanitária Brasileira, movimento social amplo que traz entre seus pontos estratégicos a criação do SUS, pretende garantir a saúde como um direito do cidadão. A nova definição política do Ministério da Saúde visando a diminuição do distanciamento entre a formação de recursos humanos e as necessidades do SUS, aponta para a necessidade da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) em definir uma estratégia de trabalho, que vise principalmente a aproximação da Odontologia às demais áreas da Saúde. No estágio atual, embora o SUS constitua um significativo mercado de trabalho para os profissionais da Odontologia, principalmente com a inserção da saúde bucal na Estratégia de Saúde da Família, este fato ainda não tem sido suficiente para produzir o impacto esperado sobre o ensino de graduação.

O texto sobre a evolução dos cursos de Odontologia no Brasil nos revelou que o ensino formal da Odontologia teve início em abril de 1979, anexo às faculdades de medicina, através do decreto número 7.247. Em 1882, foi criado o primeiro curso de Odontologia cujo currículo refletia o modo de produção social. Em 1961, o perfil do CD era de um dentista geral, policlínico, destinado à coletividade e o currículo se estabeleceu em dois ciclos: o básico e o profissionalizante. Dez anos depois, em 1971, houve uma reorientação do ciclo básico. Em 1982, o presidente do Conselho Federal de Educação (CFE), tendo em vista o parecer número 370/82 resolve que o currículo mínimo de Odontologia teria 3. 600 horas integralizadas em no máximo 18 semestres letivos. Esse currículo vigorou até a promulgação da lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as leis de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), passando a vigorar as diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em 2001, o CNE implementou diretrizes curriculares para os cursos de Odontologia como estratégias para modificações nos currículos, e uma leitura crítica das DCN nos leva à reflexão de que profundas mudanças são necessárias nos cursos de graduação em Odontologia para formar profissionais adequados às necessidades de saúde da população e do SUS (CNE/CES, 2002; MORITA; KRIGER, 2003).

As DCN para o Curso de Graduação em Odontologia, instituída pela Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002, através do seu art. 3º nos revela que:

“O curso de graduação em Odontologia tem como perfil do formando egresso/profissional o Cirurgião-Dentista, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade” (BRASIL, 2002).

O Ministério da Saúde (MS), através das Diretrizes da política Nacional de Saúde Bucal, prevê a necessidade de mudanças curriculares que, dentre outras coisas, tem como premissa a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de competências no âmbito da saúde orientadas pelos princípios de gestão participativa, acesso, acolhimento, vínculo, ética e responsabilidade profissional (BRASIL, 2004). Em contrapartida, as diretrizes curriculares para os cursos de Educação Superior, através da lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) determinem que as faculdades tenham a liberdade de programar as disciplinas que farão parte da sua grade curricular indicando apenas os conteúdos essenciais. Dessa maneira, as faculdades de Odontologia têm a possibilidade ou não de ministrar disciplinas (e de que forma) como a de Pacientes em Necessidades Especiais, embora, como relata Figueiredo (2002), as IES deveriam adotar em sua grade curricular essa disciplina, para proporcionar aos acadêmicos conhecimentos teóricos e experiências clínicas que os incentivem a prática dessas atividades em suas vidas profissionais. As instituições devem estar cientes de seu caráter social perante essa população (FIGUEIREDO, 2002).

Embora tenham ocorrido movimentos significativos para uma reflexão crítica sobre os modelos tradicionais de formação profissional em várias áreas da Saúde, principalmente na Medicina e na Enfermagem, em relação à Odontologia, existe um atraso histórico desses movimentos de mudança, exigindo um esforço redobrado para que se possa integrar a saúde bucal ao novo contexto de ação interdisciplinar e multiprofissional, formando um profissional com perfil adequado (MORITA; KRIGER; 2003).

Secco; Pereira, (2004) afirmam que “o desafio a ser enfrentado parece passar pela superação da dicotomia entre formação geral *versus* formação específica, mediante uma nova racionalidade capaz de incorporar a diversidade, as contradições e as tensões que constroem o cotidiano nas instituições de ensino superior. Assim, no plano político-estrutural, pode-se dizer que um dos desafios ao ensino odontológico é discutir criticamente a realidade brasileira e suas demandas, a especificidade do conhecimento técnico-científico na área de Odontologia e o projeto político-social que a profissão pode e quer assumir” (SECCO; PEREIRA, 2004).

Acompanhando esse movimento, a faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo desenvolveu uma reestruturação curricular, que se iniciou em 1998 e foi implantada em 2004. Na nova estrutura curricular do curso, foram implantadas atividades curriculares junto a Equipes de Saúde da Família desde o primeiro ano, com duração e complexidade crescentes, visando ao contato com a realidade social dos serviços de saúde, com o conceito ampliado de saúde, com o trabalho em equipe multiprofissional e exercício da interdisciplinaridade e com o desenvolvimento de competências para o cuidado integral em saúde (WATANABE, 2007).

Num estudo de Ronzani (2007), faz-se uma revisão teórica das reformas curriculares nos cursos de saúde. “Considerando a ênfase das políticas públicas na integração dos diversos níveis de atenção em saúde, a formação do profissional passa a ter fundamental importância nesse processo. Mas as reformas curriculares podem apresentar dificuldades em virtude de crenças negativas sobre o novo modelo de formação ou práticas dos profissionais de saúde. Por isso, ressalta-se a importância de avaliar crenças compartilhadas, que têm o papel de fortalecer e manter determinadas práticas e ideologias em saúde. Assim, o estudo das crenças e ações voltadas para metodologias de ensino inovadoras, baseadas na motivação de mudanças para práticas em saúde, bem como estratégias de reforma nos cursos de

graduação que ultrapassem a esfera formal são apontados como formas efetivas de mudança do comportamento dos professores, alunos e profissionais de saúde”.

E, de acordo com MORITA; KRIGER (2003), o atual projeto político-pedagógico das Universidades Brasileiras cria espaço para mudanças curriculares das Faculdades de Odontologia e acentua desafios quanto a orientações pedagógicas e competências da função docente na área.

PROPOSIÇÃO

3 PROPOSIÇÃO

O objetivo desse trabalho foi desenvolver e realizar pesquisas a fim de apreciar a didática de ensino (teórico, prático e/ou observacional) que os estudantes inscritos nos cursos de Odontologia das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil recebem na área de PNE; bem como avaliar o perfil dos egressos profissionais das Faculdades de Odontologia quanto à capacidade de atender a essa parcela da população, de acordo com os requisitos previstos nas DCN.

METODOLOGIA

3 METODOLOGIA

4.1 DESENHO

Esse estudo foi desenvolvido através de análise descritiva de questionários, apoiada em abordagem quantitativa. Tratou-se de pesquisa de caráter observacional transversal.

PESQUISA 1: LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE FACULDADES DE ODONTOLOGIA QUE PRESTAM ATENDIMENTO AO PACIENTE EM NECESSIDADE ESPECIAL.

Instrumento de coleta de dados / questionário

A presente pesquisa foi realizada através da análise de questionário (APÊNDICE), modificado de Schwenk (2007) e enviado aos coordenadores de cursos de graduação de todas as Faculdades de Odontologia do Brasil, públicas e privadas, através de carta-resposta impressa, após concordância através de TCLE (APÊNDICE).

Esse trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (FO/UFJF) e aprovado sob o parecer número 05/2009 (ANEXO B).

Perfil da amostra

O cadastro no Conselho Federal de Odontologia (CFO), do ano de 2009, foi utilizado para obter os endereços das Universidades e o nome dos coordenadores de cursos de Odontologia do país, num total de 191 Faculdades de Odontologia distribuídas nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal (ANEXO A).

Metodologia

Esforços foram realizados para se manter contato com os coordenadores de cursos das 191 Faculdades de Odontologia através de: 1) e-mail, 2) carta impressa e 3) contatos por telefone.

Para inclusão na pesquisa, os questionários foram respondidos, assinados pelos coordenadores dos cursos de graduação de cada IES e reenviados, num prazo de 30 dias, para o endereço do pesquisador responsável. A pesquisa abordou questões relacionadas à instrução didática, treinamento clínico ou observacional recebidos durante a graduação e a presença ou não do conteúdo sobre pacientes especiais como disciplina independente da grade curricular do curso, bem como a carga horária destinada à formação do futuro CD na assistência ao paciente especial.

Foram excluídas do estudo 36 faculdades que não responderam ao questionário e duas cartas foram devolvidas pelo correio sem chegar ao destino. Portanto, a taxa de retorno foi de 80,95% (153/189).

Análise estatística dos dados

Para tabulação e análise dos dados foi utilizado o Microsoft Excel 2007. Os dados quantitativos foram analisados com base na estatística descritiva e para o georreferenciamento, usou-se o *software* para Sistemas de Informações Geográficas - GIS - ArcGis 9.3.1. (ESRI) (New York Street, Redlands, California, EUA).

PESQUISA 2: “PERFIL DO FORMANDO EGRESSO-PROFISSIONAL FRENTE AO CONCEITO DE PACIENTES ESPECIAIS NA ODONTOLOGIA”

A pesquisa foi realizada no curso de Odontologia do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFJF, Minas Gerais, Brasil, no primeiro semestre de 2009.

Amostra

A amostra consistiu de 40 alunos devidamente matriculados no último período do curso de graduação em Odontologia.

Metodologia

Inicialmente, foi enviada uma carta ao chefe de departamento de Clínicas Odontológicas do curso de Odontologia, solicitando a colaboração do professor de Prótese Buco maxilo facial na concessão de alguns minutos de sua aula para a aplicação dos questionários. Foi utilizado um questionário fechado (APÊNDICE), de autopreenchimento, aplicado a todos os alunos presentes em sala de aula e que aceitaram participar da pesquisa, não ocorrendo perdas devido a questionários em branco ou anulados por incoerências de respostas. A participação no estudo não era obrigatória, porém, todos que aceitaram participar assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (APÊNDICE) de acordo com as normas do CEP da UFJF.

O questionário utilizado foi elaborado pelos pesquisadores responsáveis e validado através de um estudo piloto, com dez alunos matriculados no nono período do curso de Odontologia, selecionados aleatoriamente, para capacitação dos pesquisadores e adequação do instrumento.

Os questionários foram aplicados pelos pesquisadores responsáveis em um clima de cordialidade. O questionário, confidencial e anônimo, foi elaborado com 5 perguntas diretas e respostas do tipo agrado muito, agrado, agrado pouco, desagradado pouco, desagradado, desagradado muito. Abordou itens sobre o entendimento

e a visão do egresso em relação ao conteúdo teórico-prático referente à assistência odontológica do paciente em necessidade especial que foi oferecido pela FO/UFJF, bem como a avaliação da necessidade, sob a ótica do aluno, de se programar a disciplina e/ou projeto de extensão para PNE na grade curricular do referido curso, em nível de graduação.

Esse trabalho foi submetido ao CEP da UFJF e aprovado sob o parecer número 135/2009 (ANEXO C).

ARTIGOS

5 ARTIGOS

5.1 ARTIGO 1

Escolas de Odontologia do Brasil: ensino sobre Pacientes Especiais

Brazil dental schools: teaching about special patients

RESUMO

O conteúdo programático para o Paciente em Necessidades Especiais disperso em outras disciplinas gera o despreparo e a desmotivação do aluno quanto ao atendimento dessa parcela da população. Objetivou-se verificar quais as Faculdades de Odontologia brasileiras estão focadas no processo de inclusão dessa nova disciplina. Realizou-se a pesquisa através de questionário enviado aos coordenadores de cursos de graduação de 191 Faculdades de Odontologia do Brasil, tanto públicas, como privadas. Responderam ao questionário 153 (80,95%) faculdades. Destas, 78 (50,98%) têm a disciplina de Pacientes Especiais na graduação e 112 (73,20%) oferecem atendimento a esses pacientes. O índice de oferecimento da disciplina encontrado foi: sul do país (60%); sudeste (50%); centro-oeste (60%); norte (60%); nordeste (33,33%). Observou-se que há uma tendência para mudança de concepção profissional quanto ao atendimento desses pacientes e a perspectiva de se incluir a disciplina desde a graduação, a fim de diminuir a exclusão biopsicossocial desses indivíduos.

Palavras-chave: pessoas com deficiência; ensino; odontologia; currículo.

Enviado para publicação no *Journal of Dental Education*.

**FW: Journal of Dental Education - Manuscript ID 0042 Apr 11
JDE**

De: **Mirelle Henrique** (mirellehenrique@hotmail.com)

Enviada: quinta-feira, 28 de abril de 2011 03:17:20

Para: monica_pereirasenra@hotmail.com; Pat Lima 2 (patricialima_odonto@yahoo.com.br); Pat Daibert (pcdaibert@hotmail.com)

> Date: Wed, 27 Apr 2011 20:06:01 -0400
> From: BegezdaA@adea.org
> To: mirellehenrique@hotmail.com
> Subject: Journal of Dental Education - Manuscript ID 0042 Apr 11 JDE
>
> 27-Apr-2011
>

> Dear Miss Henrique:

>

> Your manuscript entitled "Brazil dental schools: teaching about special patients." has been successfully submitted online and is presently being given full consideration for publication in the Journal of Dental Education.

>

> Your manuscript ID is 0042 Apr 11 JDE.

>

> Please mention the above manuscript ID in all future correspondence or when calling the office for questions. If there are any changes in your street address or e-mail address, please log in to ScholarOne Manuscripts at <http://mc.manuscriptcentral.com/jdentaled> and edit your user information as appropriate.

>

> You can also view the status of your manuscript at any time by checking your Author Center after logging in to <http://mc.manuscriptcentral.com/jdentaled>.

>

> Thank you for submitting your manuscript to the Journal of Dental Education.

>

> Sincerely,

> Journal of Dental Education Editorial Office

5.2 ARTIGO 2

Estamos capacitando os futuros egressos profissionais de Odontologia para prestar atendimento a pacientes especiais?

Are we enabling future graduates dental professionals to provide care for special patients?

RESUMO:

Muitos esforços têm sido feitos para alcançar maior capacitação dos estudantes de Odontologia para o atendimento aos pacientes especiais. O objetivo desse estudo foi avaliar a percepção dos acadêmicos do último período da Faculdade de Odontologia-UFJF sobre a qualidade do conteúdo teórico-prático de atendimento ao paciente portador de necessidades especiais recebido durante a graduação. Participaram desta pesquisa 40 alunos do décimo período do curso de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, os quais foram convidados a responder um questionário após aceitarem o termo de esclarecimento sobre sua participação na pesquisa. Destes, 48% informaram desagradar de sua habilidade em atender o paciente especial, 80% desagradam do conteúdo teórico apresentado na graduação, 94% dos entrevistados gostariam que a disciplina de pacientes especiais fosse inserida na grade curricular da graduação e 92% citaram a importância de haver um projeto de extensão destinado ao atendimento desses pacientes. Os resultados indicaram que na ótica dos acadêmicos do curso de Odontologia da UFJF, o conteúdo disciplinar para o atendimento ao paciente especial, que foi oferecido disperso em várias disciplinas, não alcançou seus objetivos na formação profissional e pessoal de seus alunos egressos, gerando deficiência na promoção de saúde em benefício da população especial que deixou de ser assistida.

Palavras chaves: ensino, paciente especial, aluno de odontologia.

Enviado para publicação na revista Ciência & Saúde Coletiva (ABRASCO).

Revista Ciência & Saúde Coletiva - Confirmação de recebimento de artigo

De: **Revista Ciência & Saúde Coletiva** (cienciasaudecoletiva@fiocruz.br)

Enviada: sexta-feira, 22 de abril de 2011 05:34:39

Para: monica_pereirasenra@hotmail.com



Ciência & Saúde Coletiva
para a sociedade ABRASCO

Prezado(a) **Mônica Regina Pereira Senra Soares**

Informamos que o artigo abaixo foi submetido a *Ciência & Saúde Coletiva*, constando sua participação como autor.

Artigo: **464/2011 - Estamos capacitando os futuros egressos profissionais de Odontologia para prestar atendimento a pacientes especiais?**

Caso não concorde com a sua participação nesse artigo favor entrar em contato para que possamos tomar as ações necessárias.

Atenciosamente,
Maria Cecília de Souza Minayo e Romeu Gomes, Editores Chefes

Revista *Ciência & Saúde Coletiva* da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Av. Brasil, 4036, sala 700 - Manguinhos - 21040-361 - Rio de Janeiro - RJ
(21) 388-29153 e (21) 2290-4893 - Todos os direitos reservados para ABRASCO.

[Desenvolvido por ZANDA Multimeios da Informação.](#)

CONCLUSÃO

6 CONCLUSÃO

Apesar do grande número de escolas de Odontologia brasileiras que oferecem o conteúdo sobre o atendimento ao paciente em necessidades especiais na graduação, na forma de disciplina, estágios e/ou convênios, o número de horas destinadas a esse conhecimento ainda não é suficiente para preparar o aluno egresso-profissional. O papel social da Odontologia para o paciente portador de necessidades especiais precisa ser repensado e estrategicamente vinculado ao processo de formação acadêmica.

A formação de um adequado perfil de atuação do CD na sociedade implica na edificação de abordagens capazes de abrigar as novas realidades e necessidades sócio-político-ideológicas da população, fomentando no CD a capacidade de atuar em equipe, sob planejamento, com maior habilidade de comunicação e agilidade diante das diversas situações, enfatizando sua visão crítica, reflexiva e humanista.

Diante da realidade das escolas de Odontologia brasileiras e do perfil do egresso-profissional, parece-nos lícito questionar até que ponto essas escolas estão realmente preparando o futuro profissional da saúde bucal para atuarem nesta área? E como garantir se os mesmos irão tratar esses pacientes com a devida segurança? Trabalhos futuros podem esclarecer essas questões.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- AL AGILI, D.E. et al. Access to dental care in Alabama for children with special needs. **J Am Dent Assoc**, n.135, p. 490-495, 2004.
- ALMEIDA, L.E. et al. PRÓ-SAÚDE: ensino, pesquisa e extensão. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde- Pró-Saúde/Projeto da Faculdade de Odontologia-UFJF-1º ano. Juiz de Fora: Ed Editor, 2009. 256p.
- ALSARDEED, M.; BEDI R & HUNT, N.P. Attitudes of dentists, working in Riyad, toward people with a sensory impairment. **Spec Care Dentist**, v.21, n.3, p.113-116, 2001.
- BAUMEISTER, SE et al. What influences dental students to serve special care patients? **Special Care in Dentistry** 2008; 27 (1): 15-22.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394**, 20 dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: URL: <http://www.mec.gov.br> [2009 jan 16].
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenação de atenção a grupos especiais**. Programas de atenção à pessoa portadora de deficiência. Brasília: MS; 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.
- BRASIL. **3.ª Conferência Nacional de Saúde Bucal**: acesso e qualidade superando exclusão social, 2004, Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Reorientação da Formação profissional em Saúde - Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial**. Brasília: Ministério da Saúde. 2007a.
- CAMPBELL, J.T.; MCCASLIN, F.C. Evaluation of a dental training program for care of the handicapped. **Spec Care Dentist** 1983;3:100-7.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Odontologia**. Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União. Sec I, p.10-1, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CNS 1300/2001. Diário Oficial da União, de 07/12/2001, seção 1, p.25.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Estabelece as áreas de competência para atuação dos especialistas em Disfunção Têmporo-mandibular e dor orofacial; Odontologia do trabalho; Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais e em Ortopedia Funcional dos Maxilares.** Resolução nº 23, de 28 de maio de 2002. Diário Oficial da União. Seção I, p.148-149, 2002.

DELÚCIA, LM; DAVIS, EL. Dental Students' Attitudes Toward the Care of Individuals with Intellectual Disabilities: Relationship Between Instruction and Experience. **J Dent Educ April** 2009; 73(4): 445-453.

ELLIOT, I; NUNN, J; SADLIER, D. Oral health and disability: the way forward. **National Disability Authority**, Ireland; 2005:14.

FENTON, S.J. Universal Access: are we ready? **Spec Care Dentist**, v.13, n.94, 1993.

FENTON, S.J. If Only We All Cared **Journal of Dental Education** 2004 68(3): 304-5.

FERGUSON, F.S.; BERENTSEN, B.J.; RICHARDSON, P.S. Dentists' willingness to provide care for patients with developmental disabilities. **Spec Care Dentist**, v.11, p. 234-237, 1991.

FIGUEIREDO, J.R. Estratégias para a provisão de cuidados no atendimento odontológico ao paciente portador de deficiência [Dissertação]. São Paulo. Faculdade de Odontologia da USP; 2002.

GOLDIE, M.P. Oral health care for pregnant and postpartum women. **International Journal of Dental Hygiene**, Amsterdam, v.1, n.3, p.174-176, 2003.

GOMES, M.J. The perception of dentistry course's teachers of the Federal University of Espírito Santo about need of a discipline call "Treatment of patient carrier of special needs". **Rev Brasileira de Pesquisa em Saúde** 2009 11(1):33-39.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR DISABILITY AND ORAL HEALTHY. (2001). Disponível em: URL:<http://www.iadh.org>[2009.Aug.09].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico 2000*. [acessado em 10 de jan 2010]. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/censo2000.asp>

KAMEN S. History of dentistry for the handicapped: Past, present and future. **Dent J** 42(7):347-51, July 1976

KINNE, R.D.; STIEFEL, D.J. Assessment of students attitude and confidence in a program of dental education in care of disabled. **J Dent Educ** 1979; 43:271-275.

MATOS, P.E.S.; TOMITA, N.E. A inserção da saúde bucal no Programa Saúde da Família: da universidade aos pólos de capacitação. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n.6, 2004. Disponível em: <http://www.bireme.com.br/scielo/>>. Acesso em: 21 ago 2009.

MILLS, L.W.; MOSES, D.T. Oral health during pregnancy. **MCN-The American Journal of Maternal/Child Nursing**, New York, v. 27, n.5, p. 275-280, Sep-Oct, 2002.

MORITA, M.C.; KRIGER, L. Mudanças nos cursos de Odontologia e a interação com o SUS. **Revista da ABENO**, v. 4, n.1, p.17-21, 2003.

MORITA, M.C. et al. Projeto pró-saúde odontologia: relato das atividades iniciais em universidades do estado do Paraná. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.8, n.2, p. 53-57, Jun, 2007.

NOVAK, A.J. Odontologia para o paciente impedido. Buenos Aires: 1^a ed., Mundi; 1979.

PAULA, L.M; BEZERRA, A.C.B. A estrutura curricular dos cursos de Odontologia no Brasil. **Revista da ABENO**. 2003 3(1):7-14.

PUCCA JÚNIOR G. A política nacional de saúde bucal como demanda nacional. **Cien Saude Colet** 2006; 11(1):243-246.

RONZANI, T.M. Curricular reform in the health courses: what is the role beliefs play? **Rev bras educ med**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, Jan/Apr 2007.

SCHWENK, D.M.; STOECKEL, D.C.; RIEKEN, S.E. Survey of Special Patient Care Programs at U.S. and Canadian Dental Schools **Journal of Dental Education** 2007 71(9): 1153-1159.

SECCO, L.G.; PEREIRA, M.L.T. Formadores em odontologia: profissionalização docente e desafios político-estruturais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.9, n.1, p.113-120, 2004.

SHENKIN, J.D.; DAVIS, M.J.; CORBIN, S.B. The oral health of special needs children: Dentistry's challenge to provide care. **ASDC J Dent Child** 2001 68:201-5.

SHERMAN, C.M.; ANDERSON, R.D. Special Needs Education in Canadian Dental School Curriculum: Is There Enough? **J Can Dent Assoc** 2010 76(11):1-5.

SMITLEY, M.G. et al.. Latin American and Caribbean dental schools: teaching about special needs. **Rev Panam Salud Publica** 2009 25(4):322-7.

THIERER, T.; MEYEROWITZ, C. Education of dentists in the treatment of patients with special needs. **CDA. Journal**. 2005 sep 33(9):723-9.

WALDMAN, H.B.; PERLMAN, S.P. A Special Care Dentistry Specialty: Sounds Good, But. **Journal of Dental Education** 2006 70(10):1019-23.

WALDMAN, H.B.; RADER, R.; PERLMAN, S.P. Health Related Issues for Individuals with Special Health Care Needs. **Dent Clin N Am** 2009 53:183-93.

WATANABE, M.C.G. **Mudanças curriculares no curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Rib Preto da USP: um olhar para a aproximação**

com os serviços de saúde do sus. 2007. 81f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Curso de Pós-graduação em Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

ANEXOS

ANEXO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRO-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UFJF
36035900 - JUIZ DE FORA - MG - BRASIL

Parecer nº 05/2009

Protocolo CEP-UFJF: 1660.008.2009 **FR:** 239206 **CAAE:** 0005.0.180.000-09

Projeto de Pesquisa: Levantamento do número de Faculdades de Odontologia Brasileiras que possuem atendimento clínico ao Paciente em Necessidades Especiais

Versão do Protocolo e Data:

Area Temática e Fase de Desenvolvimento GRUPO III

Pesquisador Responsável: Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Pesquisadores Participantes: Maria das Graças Afonso Miranda Chaves; Mônica Regina Pereira Senra Soares; Alexa Magalhães Dias

Instituição: Faculdade de Odontologia - UFJF

Sumário/comentários do protocolo:

- Justificativa: O ensino formal de Odontologia no Brasil, que teve seu início no final do século XIX, evoluiu significativamente ao longo do tempo, no entanto, manteve sua prática centrada na formação técnica. Mesmo nos dias atuais, ainda se verificam práticas fundadas em um modelo individualista e desarticuladas das necessidades da população. Dessa forma, a atenção aos pacientes especiais em odontologia evoluiu de uma preocupação inicial de caráter beneficente para uma concepção mais profissional. Recentemente, o Conselho Federal de Odontologia baixou a Resolução CFO 23/2002, que estabelece as áreas de competência para atuação em várias especialidades, entre elas a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. Como decorrência, surge a preocupação de preparar o odontólogo para a área, de preferência desde a graduação.
- Objetivo: verificar quais são as Faculdades de Odontologia brasileiras que possuem atendimento clínico ao Paciente em Necessidades Especiais
- Metodologia: Estudo observacional transversal; análise descritiva de questionários.
- Revisão e referências bibliográficas sustentam o objetivo do estudo.
- Características da população a estudar: todas as Faculdades de Odontologia do Brasil, públicas e privadas.
- Orçamento detalhado está presente.
- Instrumentos de coleta de dados estão de acordo com os objetivos estabelecidos
- Cronograma está presente 12/2008 -- 06/2009
- Identificação dos riscos e desconfortos possíveis e de benefícios esperados está presente.
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -- TCLE, está em linguagem adequada, clara para compreensão do sujeito. Está presente a explicitação de riscos e desconfortos esperados, ressarcimento de despesas e indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.
- Qualificação do pesquisador é compatível com o projeto de pesquisa.
- Salientamos que o pesquisador deverá encaminhar a este comitê o relatório final da pesquisa.

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 126/96, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Situação: Projeto Aprovado
Juiz de Fora, 06 de agosto de 2009


Prof. Dr. Alfredo Chaoubah
Coordenador em Pesquisa - CEP/UFJF

RECEBI
DATA: ____/____/2009
ASS:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRO-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UFJF
36036900- JUIZ DE FORA - MG - BRASIL

Parecer nº 135/2009

Protocolo CEP-UFJF: 1765.109.2009 **FR:** 258487 **CAAE:** 0076.0.180.000-09

Projeto de Pesquisa: Perfil do aluno egresso-profissional frente ao conceito de paciente especial na odontologia.

Pesquisador Responsável: Mônica Regina Pereira Senra Soares

Pesquisadores Participantes: Alexa Magalhães Dias, Cirley Maria de Lima Lessa, Fabrício Reskalla Amaral, Williana Cadete Machado, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves.

Instituição: Faculdade de Odontologia/UFJF

Sumário/comentários

O CEP analisou o Protocolo 1765.109.2009, Grupo III e considerou que:

Justificativa: O projeto em tela justifica-se ao propor avaliar a visão do aluno acadêmico de Odontologia, em relação a pacientes portadores de necessidades especiais.

Objetivos: 1) Avaliar a visão do acadêmico egresso - profissional (9º e 10º períodos) frente ao conceito de paciente portador de Necessidades Especiais em Odontologia; 2) Verificar o grau de conhecimento dos alunos a respeito do atendimento odontológico (teórico e prático) aos pacientes em Necessidades Especiais. FO-UFJF, de acordo com a grade curricular atual; 3) Verificar a real necessidade de se instituir o conteúdo teórico na forma de Disciplina sobre Pacientes em Necessidades Especiais em Odontologia na grade curricular do ensino da graduação; 4) Verificar a real necessidade de se instituir o conteúdo prático na forma de Disciplina ou curso de extensão sobre Pacientes em Necessidades Especiais em Odontologia na grade curricular do ensino da graduação.

A) Metodologia: Amostra: alunos do último ano do curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora - U.F.J.F. (nono e décimo períodos).

B) Delineamento Experimental

Essa pesquisa se dará mediante aplicação de um questionário, com duas questões abertas (análise qualitativa) e cinco questões fechadas (análise quantitativa), elaborado pelo pesquisador responsável, e será direcionada aos alunos da graduação da Faculdade de Odontologia da UFJF - Juiz de Fora - Minas Gerais (Anexo 1).

Obter-se-á a autorização impressa (TCLE) dos alunos para a participação na pesquisa, bem como a declaração de concordância com a pesquisa, do diretor da Faculdade, de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. (Anexos 2, 3).

A pesquisa será realizada nas salas de aula da Disciplina de Prótese Maxilofacial com os alunos do nono período e nas salas de Clínica Integrada com os alunos do décimo período de Odontologia da UFJF. Os questionários serão aplicados pelos pesquisadores responsáveis após uma breve explicação do conteúdo da pesquisa sem esclarecer as questões, ou seja, a interpretação das questões será do próprio aluno.

O questionário abordará itens sobre o entendimento e visão do aluno em relação ao atendimento odontológico ao paciente em necessidade especial e a forma como o mesmo deveria receber o conteúdo teórico - prático durante o curso da graduação, bem como dá ao aluno a oportunidade de se expressar livremente sobre o assunto. O questionário será aplicado em um clima de cordialidade, não sendo obrigatória a participação dos entrevistados na pesquisa. Para tabulação e análise dos dados será utilizado o software epidemiológico SPSS15 Evaluation

Revisão e referências bibliográficas: De acordo sustentam os objetivos do estudo.

- Características da população: 50 sujeitos no centro e no total.

- Critérios de participação: Alunos do 9º de 10º período do Curso de Odontologia/UFJF, que concordem em participar da pesquisa.

- Orçamento: No valor de R\$ 300,00, deverá ser custeado pela pesquisadora.

- Instrumento de coleta de dados: Questionário, o mesmo não apresenta questões que levem constrangimento ao sujeito da pesquisa.

- Cronograma: De acordo, início de coleta de dados junho/2009, término da pesquisa agosto/2009.

Identificação dos riscos e desconfortos possível não citado no projeto. Quanto aos benefícios espera-se com a realização deste estudo, ser possível idealizar um projeto político-pedagógico consistente, apoiado


COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CEP/UFJF



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
 PRO-REITORIA DE PESQUISA
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UFJF
 36036900- JUIZ DE FORA - MG - BRASIL

em fundamentos teórico-metodológicos discutido no coletivo dos cursos, a respeito da inclusão, na grade curricular, do conteúdo teórico e prático sobre o atendimento odontológico ao Paciente portador de Necessidade Especial em nível da graduação. Esta mudança de foco na formação do profissional de odontologia cria espaço para mudanças no imaginário da profissão, colabora para o estabelecimento da visão humanizada do paciente; contribui para o levantamento de aspectos que possam ser importantes para o melhoramento do currículo, que será oferecido ao aluno, além de fornecer subsídios de pensar caminhos para a formação docente na área.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE: Está em linguagem adequada, clara para compreensão do sujeito, descrição suficiente dos procedimentos, explicita a possibilidade de riscos e desconfortos esperados, assim como a possibilidade de ressarcimento de despesas, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Informa ao sujeito da pesquisa como fazer contato com o pesquisador e com o CEP/UFJF.

- Qualificação da pesquisadora: De acordo, possui titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa.

- Salientamos que o pesquisador deverá encaminhar a este comitê o relatório final da pesquisa.

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 196/96, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Situação: Projeto Aprovado
 Juiz de Fora, 18 de junho de 2009

Alfredo Chaoubah
 Prof. Dr. Alfredo Chaoubah

Coordenador em Exercício – CEP/UFJF

RECEBI

DATA: ___/___/2009

ASS: _____